

CONSTITUINTE

O debate sobre a empresa nacional

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

O anteprojeto que o senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão da Ordem Econômica da Constituinte, apresentará sábado será a síntese da ampla negociação que ele conduz entre progressistas e conservadores.

Ontem, o senador identificou pontos possíveis de conciliação entre os dois grupos em longa conversa com dois importantes líderes empresariais com assento na comissão: o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo.

Pelo menos quatro das mais polêmicas propostas contidas no anteprojeto original do deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), relator da Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica, têm a simpatia de Albano Franco.

O senador Albano Franco defende uma conceituação de empresa nacional capaz de preservá-la de incontáveis avanços do capital estrangeiro. Sustenta que o monopólio estatal do petróleo deve ser mantido nos termos atuais. Acredita que a Constituinte deve conter princípios destinados a controlar a remessa de lucros. E não admite o risco de perda de soberania sobre os recursos minerais brasileiros.



Albano Franco

Afif Domingos foi o autor da polêmica emenda sobre a definição de empresa nacional que saiu vitoriosa na Subcomissão de Princípios Gerais e que recebeu voto contrário de Albano Franco. Pela definição, qualquer empresa, independentemente da estrutura do capital e da origem do controle decisório, seria considerada nacional. Bastaria para isso ser "Constituída sob as leis brasileiras" e ter "sua administração sediada no País".

A definição da Afif Domingos, conforme o deputado Luiz Salomão, do PDT do Rio, significa que a Shell, a IBM e a Esso seriam consideradas empresas nacionais. Não desagradou apenas os progressistas do PMDB e os partidos de esquerda, mas conquistou também a discreta oposição de setores militares.

Entre as mais de mil

Obedecendo resolução da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, a Comissão da Ordem Econômica mudou o calendário dos trabalhos com os novos prazos. A data de encerramento da entrega de emendas ao parecer preliminar do relator foi transferida do dia 6 (sábado) para o dia 9 (terça-feira).

Ontem, pela manhã, os integrantes da comissão discutiram a questão do solo urbano. No encerramento da sessão, os constituintes resolveram dar por encerrada a fase prévia de debates que servirão de subsídio ao parecer preliminar.

O senador Severo Gomes, que será o responsável pela redação do documento, terá de submeter o texto do relatório até as 24 horas de sábado.

Nos dias 10 e 11 (quarta e quinta-feiras), segundo a EBN, o senador estudará as emendas apresentadas e no dia 12 (sexta-feira), em horário ainda não definido pela co-

missão, será processada a votação do parecer do relator.

Com esse novo calendário, ficam suspensas as sessões para a discussão dos temas econômicos até a próxima semana.

Em relação a desapropriação de imóvel territorial-urbano, serão respeitadas as mesmas condições da desapropriação de imóvel territorial-rural: em dinheiro e a valor de mercado de acordo com a emenda do deputado Cesar Maia (PDT-RJ), apresentada à Comissão da Ordem Econômica, presidida pelo senador José Lins (PFL-CE).

Para o autor, não há por que diferenciar as condições de desapropriação no campo e na cidade. Segundo ele, as condições observadas para a desapropriação rural deverão orientar a urbana, de modo a inibir a especulação territorial urbana, "desorientadora de um desenvolvimento urbano racional".

emendas até agora apresentadas na Comissão da Ordem Econômica, uma delas indica grandes possibilidades de derrota na proposta de Afif na segunda rodada de votações da Constituinte. O deputado Delfim Netto (PDS-SP) propõe a seguinte definição para empresa nacional: "Empresa nacional, para todos os fins de direito, é aquela constituída e com sede no País, na forma da lei, cujo controle de capital voltante pertença a brasileiro, nato ou naturaliza-

As mudanças no calendário

emendas até agora apresentadas na Comissão da Ordem Econômica, uma delas indica grandes possibilidades de derrota na proposta de Afif na segunda rodada de votações da Constituinte. O deputado Delfim Netto (PDS-SP) propõe a seguinte definição para empresa nacional: "Empresa nacional, para todos os fins de direito, é aquela constituída e com sede no País, na forma da lei, cujo controle de capital voltante pertença a brasileiro, nato ou naturaliza-

do". A definição só difere da proposta por Virgildásio de Senna por não exigir o controle decisório e por especificar que deve pertencer a brasileiro nato ou naturalizado. Mas na essência é idêntica.

Enquanto elaborava seu anteprojeto, Virgildásio de Senna chamou em seu gabinete o deputado Delfim Netto. Pretendia negociar eventuais divergências e evitar o confronto na votação.

Delfim Netto garantiu que a proposta era bastan-

O deputado Antonio Ueno (PFL-PR) apresentou emenda, dispondo ser da competência da União promover a desapropriação de propriedade rural, para fins de reforma agrária, mediante pagamento prévio de justa indenização — após dispor de terras públicas inexploradas — próprias dos estados, municípios, territórios e Distrito Federal.

A desapropriação, de acordo com a emenda, será feita em títulos da dívida pública, com cláusula de extra correção monetária, acrescidos de juros, resgatáveis no prazo de dez anos, em parcelas semestrais, iguais e sucessivas, assegurada sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de qualquer tributo federal ou obrigações do expropriado ou de terceiros para com a União. A intenção segundo o autor, é permitir a utilização do título pelos herdeiros do expropriado.

lados saiam satisfeitos, convencidos de que fizeram um bom negócio".

Ontem, ao final da reunião com Severo Gomes, Afif Domingos lembrava a história do mercador que passou três dias negociando um tapete persa e acabou por vendê-lo pelo preço que imaginava desde o primeiro minuto. "Moral da história", relatou o deputado: "É preciso que os dois